

Medina pede que Congresso seja ouvido sobre a dívida

26 FEV 1987

7 1980

O Poder Legislativo deve ser convocado a participar das decisões sobre a dívida externa, pois o Governo precisa da solidariedade da população para resolver um problema que é, antes de tudo, político. A advertência é do Deputado federal Rubem Medina, Presidente do PFL fluminense.

— O ideal seria que as forças políticas e sociais, que devem agora unir-se pela conquista de uma solução satisfatória para o Brasil, possam também ser ouvidas no momento de conceber políticas monetária, fiscal, cambial e outras de forma a fazer cessar a crise, impedindo que se torne permanente e nos conduza a outros impasses internos e externos — acrescentou.

Para o Deputado Rubem Medina, a margem de manobra do Governo brasileiro, dentro das regras vigentes no jogo econômico, são muito limitadas: “Afim, somos devedores e nossos contratos estão com prazos vencidos”. Por isso, entende que a única saída se localiza no terreno político. E explica: “A dívida brasileira,

^{externa}
embora consistindo de um conjunto de acordos bancários bilaterais, compõe, no seu conjunto, uma relação entre o sistema bancário internacional e a sociedade brasileira”.

— Tanto em sua origem, como nas conseqüências, a dívida brasileira tem características políticas. Não se pode negar que o Governo brasileiro foi o grande inspirador na busca de financiamentos no exterior. Essa atração de dólares compunha o modelo e, embora possa ter havido algumas distorções, é certo que muitos grandes projetos foram implantados graças aos dólares.

Mas a dívida cresceu — lembra o Presidente do PFL do Rio — “em conseqüência de decisões exclusivas do Governo norte-americano. Foi a dramática atração de dólares para cobrir seu déficit externo que fez com que os Estados Unidos pressionassem para cima os juros internacionais. Os Estados Unidos promoveram verdadeiro leilão de capitais, elevando as taxas de juros de todo o mercado e tornando muito mais pesado o custo da dívida brasileira”.